



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Ata n.º 9/2022

Sessão Ordinária de 27 de junho de 2022

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e dez minutos, na Sala da Assembleia Municipal – Edif.º Eng.º Duarte Pacheco, deu-se início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo sétimo do Regimento, presidida pelo Presidente da Assembleia, Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:-----

-----**Lista de Presenças:**-----

22 Deputados Municipais do PS- Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes (Presidente da Assembleia), Joana Guerreiro da Conceição (1ª secretária), Fernando Pereira Marques (2º secretário), Ana Paula Neto Coelho dos Santos (em substituição de Maria Esteves Ferreira Lourenço), Carlos Manuel Pontes Costa, Fábio Miguel Cortes Nobre (em substituição de Vítor Cristiano da Piedade Ferreira), Pedro de Moraes Lobo Martins Julião, Elisabeta Ecaterina Necker, Abel Filipe dos Santos Matinhos, José João Magalhães David (em substituição de José Miguel Almeida Monteiro), Maria João Carapeto Tavares, Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, Núria Inês Rey Machado, João Pedro Medeira Cabrita, Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira, Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Maria da Conceição Leite Esteves Duarte (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente) e Analídio Correia da Ponte (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião);-----

7 Deputados Municipais do PSD- João Carlos Dias dos Santos, Bárbara Maria do Amaral Correia, Márcio Alberto Morgado Pires Rodrigues, Cláudia Isabel Martins Mendes, João José Paixão Carvalho Ferreira, Francisco André Pereira Rodrigues (Presidente da Junta de Freguesia de Salir) e Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim);-----

2 Deputadas Municipais do Partido Chega- Sandra Marisa Godinho de Oliveira e Castro e Sandra Margarida de Melo Pereira Ribeiro; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

1 Deputado Municipal do BE- Carlos José da Silva Martins; -----

1 Deputado Municipal do CDS- António José Mendes Pinto Farrajota; -----

1 Deputada Municipal da CDU- Carla Sofia Osório Gomes; -----

1 Deputada Municipal do PAN- Ana Luísa Poeta Simões; -----

Estiveram presentes a Vice-Presidente, Ana Machado e os Vereadores, Abílio Sousa, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, David Pimentel, Cláudio Lima (em substituição de Rui Cristina), João Paulo Sousa e Fernando Santos.-----

O Presidente da Câmara Municipal, Vitor Aleixo não esteve presente. -----

Faltou o Deputado Eleutério Rocheta (PSD), não tendo sido solicitada substituição. -----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão, com a seguinte **Ordem de Trabalhos:**-----

1- Intervenção do Público;

2- Período de Antes da Ordem do Dia;

Aprovação de Atas

3- Período da Ordem do Dia;

a) - Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;

b) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1418-2022 [DAF] – Deliberação relativa à Aprovação das Demonstrações Financeiras Consolidadas do ano 2021, nos termos do n.º 2 do Artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, conjugado com a alínea I) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;

c) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1440-2022 [DAF] - Deliberação relativa à Nomeação do Auditor Externo para os anos de 2022 a 2025 - Prestação de serviços para Revisão Legal de Contas nos termos do artigo 77º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

d) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1444-2022 [DAF] - Deliberação relativa à 2ª. Alteração Orçamental Modificativa da Receita, 2ª. Alteração Orçamental Modificativa da Despesa, 2ª. Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos e 2ª. Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais, nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual;

e) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1450-2022 [DAF] - Deliberação relativa à Assunção de Compromissos Plurianuais – Abertura de Procedimentos Contratuais, conforme estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na redação atual;

f) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1478-2022 [GAP] - Deliberação relativa à Proposta para Alteração dos Regulamentos Específicos das Zonas de Estacionamento de duração limitada 001 - Loulé e 005 – Vale do Lobo, aprovação e seguidamente a discussão pública.

A Sessão teve início, começando o **Presidente da Assembleia**, por cumprimentar todos os presentes e aos que acompanham por via Audiovisual. -----
Começou por colocar à consideração do plenário, por sugestão do Deputado desta Assembleia, do GM do BE **Carlos Martins**, propor no início desta Sessão, um Voto de Saudação Oral pelo aniversário do Corpo de Bombeiros de Loulé e uma salva de palmas aos mesmos! Proposta esta aprovada por unanimidade. -----

Entrou-se no Ponto 1 da Ordem de Trabalhos:-----

1- Intervenção do Público;-----

Foi dada a palavra ao **cidadão Alexandre Santos**, que começou a sua intervenção com um assunto relativo ao abastecimento de água potável e uma rede de abastecimento digna, em específico na zona do Freixo Seco na freguesia de Salir até ao sítio do Monte Ritas, referindo que ficou esquecido, após um abastecimento de água há 5 anos, sendo cerca de 40 residentes que moram nesta zona. Questionou se será falta de vontade política para cumprir os direitos humanos? Os residentes nesta zona, estão descontentes por receberem água imprópria utilizando para isso furos para consumo e terem de pagar para poderem ter água em condições, ficaram esquecidos após um abastecimento de água há 5 anos. Solicitou que seja feito algo o mais rápido possível, porque esta situação arrasta-se desde sempre e é uma completa negação dos direitos humanos.-----
Questionou o Executivo sobre se está sendo feito algo neste sentido, sendo importante existir uma coesão territorial e social, o que não tem acontecido até agora. -----

Pediu para usar da palavra a **cidadã Maria Helena Baião**, para abordar dois temas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

centrais, a recolha de resíduos sólidos e os CTT. -----

Começou a sua intervenção, dizendo que existem boas práticas, que deveriam ser seguidas neste concelho, referindo concretamente a Av. ^a Papa Francisco, e ao que lá foi feito em termos de resíduos sólidos. Referiu que neste momento em termos de georeferenciação, Quarteira, apenas tem cerca de 6 ecopontos, e que estão referenciados no Google Maps. Disse ser urgente fazer esta referenciação, porque quantos mais postos de depósito houver, maior é a sensibilização das pessoas para a recolha de lixo reciclável, para a sua reparação. Deveria ser feita nova intervenção, como foi feita no tempo do Dr. Seruca Emídio, em que foi feita uma campanha enorme, nas escolas do concelho, onde foram distribuídas às crianças dos 2º ciclo e 3º ciclo, uma espécie de “instruções de reciclagem” para cada cor de contentor (azul/amarelo/verde), com um íman para colocar no frigorífico. Faz falta sensibilizar de novo as pessoas, para a tão falada “sustentabilidade ambiental” que a Câmara de Loulé está interessada em promover. -----

O outro tema abordado foi o dos CTT: “Sobre a questão dos CTT, em todo o concelho, a população continua a sofrer as consequências da decisão do PSD-CDS, de privatizar os CTT em julho de 2013. Durante décadas os CTT, para além de entregarem todos os anos ao Estado cerca de 30 milhões de euros, como dividendos, asseguraram obrigações de serviço universal, como a distribuição domiciliária de correio, pelo menos uma vez por dia, todos os dias úteis, e agora o atraso na entrega da correspondência, passou a ser norma. -----

O que aconteceu aos CTT depois da entrega a privados é uma história que se repete desde que se desmantelaram os serviços públicos. Foram alienados os principais edifícios que eram propriedade do Estado Português e em vez de exercerem a atividade essencial, ligada aos serviços postais, muitas estações dos CTT foram encerradas e outras transformadas numa espécie de quiosques, em que os trabalhadores são pressionados a venderem livros, jogos de azar, raspadinhas e outros produtos. Para os acionistas o negócio corre bem, mas para as populações a privatização dos CTT tem sido um desastre social e económico. Recebem com atraso os vales-postais com as suas pensões e contas para pagar fora de prazo. É uma queixa recorrente dos nossos conterrâneos, principalmente no interior do concelho, a que a Câmara Municipal e esta Assembleia, têm de ser sensíveis. -----

Apelo a que seja sensibilizada a empresa dos CTT, para que os donos que diminuíram os gastos com pessoal na área do correio e que não tenham contratado carteiros, que fazem falta para um serviço de qualidade, possam agir em conformidade com a necessidade do serviço público.” -----

O **Presidente da Assembleia**, lembrou que o Regimento da Assembleia Municipal, prevê a inscrição prévia do público para que intervenham. Uma vez que existe transmissão de som e de imagem, qualquer pessoa que vá intervir, tem de previamente autorizar, uma vez que a Lei obriga a que as pessoas autorizem que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

sua intervenção seja filmada, não se pode autorizar que as pessoas usem da palavra sem que isso se verifique. É um requisito que deverá ser cumprido, de autorizarem a projeção do som e da sua imagem. -----

Foi dada a palavra ao **cidadão Joaquim Guerreiro**, que disse ser da Nave do Barão, uma aldeia no interior do concelho. O interior tem vindo progressivamente a perder população, a ficar envelhecido e a ver abandono e no fundo, corresponde a 2/3 do território do concelho. Ao longo do tempo tem havido por parte dos diferentes Executivos, diferentes intervenções e investimento em algumas infraestruturas significativas. Contudo apesar desse investimento, o processo de decadência no interior, continua. -----

Um grupo de cidadãos, com dinâmica, antes da pandemia, de participação de debate e de reflexão, produziu alguns elementos de trabalho, tendo sido interrompido o processo por causa da pandemia, com as limitações todas conhecidas. Agora resolveu-se retomar essa dinâmica, com o apoio ativo dos Presidentes da Juntas de Freguesia, de Alte, da União de Freguesias, Ameixial, Salir e o apoio do Vereador Abílio Sousa, tem-se vindo a retomar este processo. Neste momento está-se a desenvolver uma consulta pública, que irá decorrer até 15 de julho, em que as populações, as suas associações e instituições, para rever algumas alterações propostas e problemas identificados nesse documento. Na sequência desta participação pública, em que os cidadãos se organizam para elaborar propostas e será feita uma reunião “fórum” no início de setembro, onde estão convidados a participar no mesmo, no sentido de se encontrar estratégia de desenvolvimento sustentável para o nosso interior. Este solicitou ao Executivo e aos membros da Assembleia Municipal, que na sequência do encontro que se irá realizar, pudesse realizar-se uma Assembleia Municipal, específica para discutir as questões do interior, que pudesse ter algum impacto na reorganização do PDM e no Orçamento que será elaborado para 2023. -----

Respondeu o **Presidente da Assembleia**, que aceitará o desafio da realização dessa Assembleia, uma vez que já foi deliberado a realização de Assembleias descentralizadas e a realização desta poderá ser um “pontapé de saída” direcionada para o interior. -----

Foi dada a palavra à **cidadã Sabrina Amendoeira**, que abordou a questão das Piscinas Municipais de Loulé, disse ser frequentadora do complexo e passadas 2 décadas, que não tinha voltado às Piscinas Exteriores e parabenizou a autarquia pelo ótimo estado de conservação das mesmas, apenas referindo que há uma questão que não entende e que se prende com a não utilização das pranchas de saltos. Foi-lhe dito por uma funcionária que há muito tempo as pranchas não eram utilizadas, ninguém as pode usar e esta decisão teria sido tomada por questões de segurança. -



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Disse não entender porque é que esta decisão foi tomada, talvez tenha algum motivo, porque quando era adolescente e frequentava as piscinas elas podiam ser utilizadas. Gostaria de ser esclarecida sobre este assunto, porque é uma pena, que com equipamentos tão bons que Loulé tem, a população seja privada do seu uso, por questões que não entende. Qual a questão de segurança que está em causa. -----

Pedi para intervir a **cidadã Sérgia Medeiros**, que disse prender-se a sua intervenção com o facto de ser porta voz à comunidade de S. Faustino e Alfones, sobre a ausência de água e esgotos nestas 2 zonas. Sendo a água um bem essencial para a sobrevivência solicitando a inclusão neste serviço básico. -----

Estas localidades são habitadas por muitos habitantes, nacionais e estrangeiros. Trata-se de um investimento que envolve muita gente, tendo sido este assunto, alvo de muitas campanhas eleitorais. O Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime, Nelson Brazão, tem estado do lado dos cidadãos, uma vez que se trata de um direito que lhes assiste. -----

A Câmara Municipal tinha um plano neste âmbito, e o que esta população pretende é saber qual o ponto da situação, nomeadamente; se o projeto de implementação e água e esgotos a São Faustino e Alfones, está terminado? Se existe data prevista para o lançamento da obra? Quais os prazos previstos para a execução da obra? Disse contar que a autarquia vá de encontro às expetativas das pessoas com a maior brevidade possível. -----

Para responder às questões colocadas, usou da palavra a senhora **Vice-Presidente, Ana Machado**, que esclareceu relativamente à cidadã Helena Baião, sobre os CTT, lembrou que em 2018, quando foi anunciado o encerramento de mais uma loja dos CTT na cidade de Loulé, na Av^a 25 de abril, o município de Loulé, opôs-se e junto das entidades competentes, manifestações junto da população contra o encerramento da loja. A Câmara Municipal de Loulé é solidária com a posição da munícipe Helena Baião e que se voltará a insistir na reclamação para o seu funcionamento. São várias as reclamações de munícipes sobre exposições ao mesmo assunto. -----

Em relação ao munícipe Joaquim Guerreiro, a Câmara está solidária com a questão da desertificação do interior e a autarquia fará questão em participar no Fórum no próximo mês de setembro. Informou que está muito prestes a ser iniciado a execução da implementação das antenas para a cobertura da rede digital móvel e com fibra para as telecomunicações no interior do concelho, estando já o processo concluído. -----

Recordou que no âmbito da política de habitação, foi no interior que teve início, nomeadamente as moradias na freguesia de Salir e no Ameixial, estando faltando apenas serem sorteadas para o processo estar concluído. Referiu que o Geoparque Algarvienses, assenta sobretudo no interior e com toda a dinâmica que o mesmo permite. -----

Em relação às questões levantadas pelo cidadão Alexandre Santos e pela cidadã



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Sérgia Medeiros, serão respondidas pelo Vereador Abílio e as questões colocadas pela cidadã Helena Baião e Sabrina Amendoeira, serão respondidas pelo Vereador Carlos Carmo. -----

Foi cedida a palavra ao Vereador **Abílio Sousa**, que disse que iria responder às questões colocadas pelos munícipes Alexandre Santos e Sérgia Medeiros. -----
Começou por dizer que ambos têm razão, quando dizem que o abastecimento de água ao domicílio é um direito básico. Contudo os diversos Executivos que passaram por esta casa, têm feito o alargamento de toda a rede, mas até aos dias de hoje tem sido impossível levar o abastecimento de água a todos os munícipes que vivem no nosso município. Está-se a trabalhar no sentido de todos serem beneficiados com esta infraestrutura. Referiu que a zona de Santa Luzia, Clareanes, Malhada Velha e Porto Nobre, não tinham água, e que agora já têm. Soidos em Alte, não tinha água, mas irá ter muito em breve, uma vez que a obra ficará concluída brevemente. Em Salir, foi feita a substituição da conduta da rede de águas, na Rua do Borno, na zona dos Besteiros e na rua que vem do Campo de Futebol de Salir. Na zona da Júlias também vai ser a obra concluída a até ao final deste ano. Enumerou algumas zonas que até ao final do ano serão contempladas com a obra, Charneca de Querença, Azinhal, Monte Ruivo e Casas, Cerro do Galo, outra na zona do Pequeno Mundo, em Almancil e Vale Telheiro - S. Sebastião. Na zona do Freixo Seco de Baixo, em Salir, foi criada a possibilidade, de se fazer uma ligação do prolongamento da rede de águas que vem da zona da Tameira. Em relação a S. Faustino, este executivo, já tinha como prioridade o abastecimento de água a esta zona, que tem habitação dispersa, contudo foi terminado um projeto de abastecimento e durante o próximo ano 2023, será aberto concurso público para a realização da obra, e estima-se um valor de cerca de 2 milhões de euros. Por vezes, as populações, fazem as suas reivindicações e depois da obra executada, por vezes não se dirigem aos serviços para fazer a ligação das águas, ao saberem que têm de fazer o pagamento da taxa de ligação das águas, já não procuram e continuam a abastecer-se com os furos para a subsistência de água.-

Para responder às questões solicitadas usou da palavra o Vereador **Carlos Carmo**, começando por responder à munícipe Helena Baião, referiu no que concerne à recolha de resíduos, nomeadamente a deficiência ao nível dos ecopontos, pode não estar georreferenciado no google, que não é responsabilidade do município, mas todos esses equipamentos estão no SIGL Municipal referenciados na Informação Geográfica do Município, não estão disponíveis no Google, porque não é responsabilidade da autarquia estar nesse tipo de plataforma, contudo será verificada como se poderá disponibilizar essa informação. -----

Informou ainda que há cerca de 1 ano e meio, foi feita uma grande campanha por todo o concelho, junto com a fatura da água, onde foi enviado um *flyer*, fazendo uma campanha de sensibilização para a correta deposição de resíduos, seletiva, a correta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

deposição dentro dos respetivos equipamentos. Está-se a pensar fazer novamente, pois nunca é demais fazê-lo. Disse que irá ver junto do Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, essa situação, a Câmara fará a aquisição e a Junta de Freguesia a sua manutenção. -----

Em relação à munícipe Sabrina Amendoeira, sobre a questão das pranchas nas piscinas exteriores em Loulé, elas de facto não estão a ser utilizadas e tem uma razão para isso, pois prendem-se com questões de segurança. A piscina de saltos, com grande afluência que tem, porque neste momento são as únicas piscinas exteriores em funcionamento no Algarve e por isso com uma enorme afluência. Se for restringida a piscina de saltos somente para aquilo que são os saltos, que é essa a sua função, ela não pode ter outro tipo de uso, devendo ser encerrada e ter apenas essa tipologia de utilização. Nesse sentido, entendeu-se há cerca de 8 a 9 anos, essa decisão foi tomada devido à grande afluência. Fora do período de utilização, os clubes e atletas federados, podem utilizar a piscina para fazer os seus treinos no âmbito dessa modalidade. No entanto, foram tomadas algumas medidas e decidiu-se por essa forma, ser usada natação livre e não apenas de saltos. -----

Passou-se ao ponto seguinte; -----

2- Período de Antes da Ordem do Dia;

Aprovação de Atas

A 1ª Secretária, **Joana Conceição**, procedeu à chamada dos Deputados Municipais, confirmando a presença de 35 deputados.-----

O **Presidente da Assembleia**, referiu o enorme esforço do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, nomeadamente na transcrição das Atas que estavam em atraso desde o mês de março e neste momento foram enviadas e estão para aprovação as Atas n.º 3, 4, 5, 6 e 7. Em relação a estas Atas, apenas o Deputado Carlos Martins, alertou para uma incorreção que estava na Ata n.º 3, onde a deputada Helena Baião era atribuída ao PAN, situação que foi corrigida. -----

Passou-se à votação; -----

Ata n.º 3 (Sessão Extraordinária - 09 março 2022) foi aprovada por maioria, com 2 abstenções;

Ata n.º 4 (Continuação da Sessão Extraordinária - 09 março 2022 - 10 março 2022) foi aprovada por maioria, com 2 abstenções;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Ata n.º 5 (Sessão Ordinária - 22 abril 2022) foi aprovada por maioria, com 1 abstenção;

Ata n.º 6 (Sessão Comemorativa – 25 abril 2022) foi aprovada por maioria, com 1 abstenção;

A Ata n.º 7 (Continuação da Sessão Ordinária - 22 abril 2022 - 02 maio 2022) foi aprovada por maioria, com 1 abstenção;

Usou da palavra a Deputada **Carla Gomes (CDU)**, para se justificar da abstenção na votação das Atas dos dias 9 e 10 de março, por não ter estado presente nas mesmas.

O **Presidente da Assembleia**, referiu-se à alínea b) Pedidos de Informação, esclarecimentos e respetivas respostas. Estava pendente um pedido de esclarecimento do Deputado Carlos Martins do BE, relativo à Informação sobre a Proposta 776-2022 (Desafetar do Domínio Público para o Domínio Privado do Município), tendo essa resposta já sido dada pelo município, e foi dada a resposta ao Deputado com conhecimento dos restantes Deputados Municipais. -----
Disse que iria ceder de imediato a palavra ao senhor Comandante Territorial da Guarda Nacional Republicana de Faro, que gentilmente cedeu ao convite para estar presente hoje nesta Assembleia, para esclarecer e elucidar sobre as questões de segurança que envolvem o Município e o Distrito. -----

Foi cedida a palavra ao **Coronel Carlos Almeida, Comandante Territorial da Guarda Nacional Republicana de Faro**, para fazer a apresentação das condições de segurança relativas ao Município de Loulé, articulada em 5 pontos essenciais:

1. *Enquadramento*
2. *Caracterização da subunidade (destacamento de Loulé)*
3. *Recursos humanos*
4. *Dados da Criminalidade*
5. *Notas Finais*

Começou por informar que o Comando Territorial de Faro no Distrito do Algarve, a GNR dispõe de 27 postos de comando territoriais e da PSP. -----

Identificou os elementos que o acompanharam, o **Tenente Mauro Dantas**, Comandante do Destacamento da GNR de Loulé, em suplência uma vez que o **Capitão Daniel Ferreira** não pode estar presente e o **Tenente Diogo Silvestre**, adjunto do Comandante de Destacamento Territorial de Loulé. -----

Referiu que à responsabilidade da GNR, estão cerca de 68,8% da população residente, em 6 destacamentos Territoriais, Portimão/Silves/Albufeira/Loulé/Faro e Tavira, destacando-se o concelho de Loulé com o maior número de habitantes, de todos os restantes destacamentos. O destacamento Territorial de Loulé, o concelho tem cerca de 763 km², 9 freguesias e 70.163 habitantes. -----

Continuou a apresentação fazendo referência ao número de militares ao serviço das diversas freguesias, Almancil, Loulé, Quarteira, Vilamoura e Salir. -----

Referiu que o efetivo orgânico, aquilo que deveria existir de 2017 a 2022, constata-se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

que todos os anos tem vindo a descer, tendo havido em 2020, um ligeiro aumento, e neste momento, o Comando Territorial de Faro referente ao Algarve, deveria ter 1.433 militares, mas neste momento tem apenas 1.181, ou seja uma diferença de 252 militares. -----

Sobre o Destacamento Territorial de Loulé, o efetivo orgânico devia estar nos 212 militares e neste momento existem 169 militares para desempenhar a missão no Destacamento Territorial de Loulé, uma diferença de menos 43 militares. -----

Passando ao Comando do Destacamento Territorial de Loulé, aqui neste quartel, temos o Comando do Destacamento e o Posto Territorial, falando agora sobre o Comando, é onde a situação está melhor, porque, o efetivo orgânico coincide com o efetivo que de facto temos, 33 militares e houve um ano que teve mais. Obviamente que isto tem uma explicação, que tem a ver com o que vimos anteriormente com o Núcleo de Investigação Criminal e o Núcleo de Proteção Ambiental e que pesa aqui nestes números. Em relação ao Posto Territorial de Almancil, deveria ter 55 operacionais, tem cerca de 38 tem uma diferença de 17 o que é significativo. O posto Territorial de Salir, apenas funciona durante o dia fechando à noite, deveria ter 12, tem apenas 9. Vilamoura que deveria ter 30, tem 28. -----

Referiu que existem militares que pedem transferência para outras unidades, outros que pedem licenças ilimitadas, militares em serviços moderados. O serviço mais complicado da GNR, é feito durante a noite, realizando-se a partir das 21h até às 6:00 / 7:00 h da manhã, sendo aqui que o serviço se complica. Existem ainda militares com serviços flexíveis, o caso de militares que não trabalham durante a noite, e mães que não estão disponíveis durante todo o tempo. -----

Referiu-se a militares que estão em diligência na equipa de Manutenção e Exploração Florestal, são equipas que são implementadas, logo que as fases mais críticas dos incêndios começam, e são destacados para a cidadela de segurança, para integrar as equipas da Proteção Civil e fazerem a coordenação com a GNR. -----

Em relação aos dados da criminalidade, ano de 2022, Lisboa está no topo da lista, depois Porto, Braga, Setúbal e Santarém, em 3º lugar e Faro, apresenta-se em 4º lugar. -----

Fez uma explanação sobre os vários tipos de criminalidade e a atuação das forças de segurança, -----

Referiu da dificuldade que as pessoas têm de acatar as ordens que as forças de segurança lhes dão. -----

Solicitou a todos os presentes que acompanhassem o Facebook da GNR e que colocassem questões sempre que necessário. -----

Finda a apresentação, o **Presidente da Assembleia** referiu que em sede de Comissão Permanente foi articulado que cada Grupo Municipal, poderia fazer 2 perguntas à GNR. -----



Handwritten signature and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Interveio o Deputado **João Carlos Santos (PSD)**, que agradeceu a presença e a explanação do senhor Comandante sobre estes indicadores e questionou sobre a questão da responsabilidade partilhada nesse âmbito, em que o município de Loulé, encontra-se numa fase avançada de implementação da sua Polícia Municipal, assunto esse falado anteriormente numa Assembleia Municipal. Dentro da sua experiência com os Polícias Municipais de outros municípios do Algarve, quais os benefícios associados à sua existência e qual a interação com a GNR? -----

O **Comandante Territorial da Guarda Nacional Republicana de Faro**, respondeu que as Polícias Municipais são benéficas, essencialmente porque retiram à GNR determinadas missões que a desviam da sua missão principal. Muitas vezes a GNR anda preocupada com questões do estacionamento, ou questões meramente administrativas e esse trabalho pode perfeitamente ser realizado pela Polícia Municipal, que em muitos dos casos é feito por um elemento da GNR ou da PSP. ----

Para uma intervenção, foi dada a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira (Telmo Pinto)**, na sua intervenção reconheceu o trabalho feito pelas forças de segurança, mas referiu a falta ainda de mais efetivos, porque a presença de elementos faz falta, questionou se com a perceção do que está a acontecer na GNR, poderemos ter a esperança de poder ver os números do gráfico que foi apresentado, alterados.-----

Respondeu o **Comandante Territorial da Guarda Nacional Republicana de Faro**, que o serviço do Comando Territorial é o serviço mais penoso da Guarda, por ser o menos reconhecido e o mais mal pago, assim que surge uma oportunidade saem para outra especialidade, saem para o SEF, para o trânsito, para a investigação criminal, e o sacrifício é "sempre feito à custa do Comando Territorial". -----

Informou ainda que todos os anos saem cerca de 1000 militares e estes números não são repostos e existe dificuldade em serem repostas as vagas que existem, sendo que o Comando Territorial não recebeu qualquer militar. O poder central tem feito um esforço grande nesse sentido, e o Poder Central está ciente desta falta de efetivos e a situação tem de efetivamente melhorar. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)**, começou por agradecer ao Comandante a apresentação feita e referiu que os índices de criminalidade e violência em Loulé, não são nada animadores no quadro do Algarve. Disse que parece evidente que existem falta de meios humanos para o cumprimento eficaz da missão da GNR no município de Loulé. Questionou sobre o que está previsto para estas carências assinaladas? Loulé em 2008, já teve cerca de 60 efetivos, perdeu cerca de metade, tem 36. Almancil, não consegue uma patrulha 24h, Salir também não, em Quarteira, idem, tendo esta metade dos agentes que deveria ter. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Disse haver um problema adicional que é a falta de viaturas, verificando-se que o parque existente está envelhecido, e no caso concreto de Loulé, que abrange a cidade, Querença e Boliqueime, Tôr, não tem viaturas suficientes para cumprir a sua missão, que para além de ter poucos efetivos, também não tem viaturas. -----

Questionou sobre o que é que está previsto em termos de Plano e Orçamento para a GNR no Algarve, nos próximos 3, 4 anos? -----

O município de Loulé, tem tido uma grande participação, quer nos edifícios, quer nas viaturas, no caso de Salir foi paga pelo município de Loulé senão a GNR não tinha uma viatura! Há que saber em termos mais concretos, das necessidades efetivas da GNR, para se poder questionar o Executivo Municipal se pode dar um pouco mais. --

Respondeu o **Comandante Territorial da Guarda Nacional Republicana de Faro**, que a GNR não tem viaturas suficientes, mas neste momento o maior problema é a falta de recursos humanos. -----

Há falta de viaturas, elas sofrem muito desgaste, sendo que trabalham 24h sobre 24h, as patrulhas mudam e a viatura continua sempre a trabalhar! -----

Disse desejar que a Guarda seja em breve beneficiada com viaturas e Faro especialmente. A autarquia de Loulé, tem ajudado em tudo aquilo que pode. -----

Para uma intervenção, o **Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime (Nelson Brazão)**, que disse estarmo-nos a aproximar de uma época importante para as famílias deste concelho, trata-se da apanha dos frutos secos, nomeadamente da alfarroba, que no ano passado correu bastante bem essa atividade, a atuação da GNR foi eficaz, representando um desafogo na economia das famílias. Questionou se vai haver este ano novamente algum programa para a apanha dos frutos secos? E questionou também se o Executivo Camarário, já previu fazer alguma reunião com os produtores? -----

Respondeu o **Comandante Territorial da Guarda Nacional Republicana de Faro**, que a GNR tem vários programas nesse âmbito, tem a “*Azeitona Segura*” e a “*Alfarroba Segura*”. Os produtores perceberam que podem ajudar a tomar medidas e que em conjunto, fazer com que a alfarroba não pode ser tão roubada, no início da campanha em qualquer dos destacamentos são feitas reuniões com os produtores, para delinear estratégias e sensibilizar a população para esse fim. -----

Este ano vai ser feito o mesmo, esperando quer a alfarroba não seja tão roubada. --- Disse ainda que o preço da alfarroba vai baixar um pouco, uma vez que o problema era em Itália, onde as alfarrobeiras tiveram que ficar em pousio, e a alfarroba não podia ser vendida, agora vai poder passar a ser vendida com a concorrência fortíssima da Itália e a mesma vai ser vendida mais barata. -----

Para responder, usou da palavra o **Tenente Silvestre, Adjunto do Comandante do**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Destacamento Territorial de Loulé, em relação à pergunta do Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime, vai ser feito o que tem sido feito nos últimos 2 anos, em que a GNR foi contactada pela Câmara Municipal de Loulé, para se começar o projeto iniciado juntamente com os produtores e as autarquias locais, porque é uma responsabilidade de todos. Correu muito bem nos últimos 2 anos, fez-se apreensões record, tendo até havido um Voto de Louvor por parte da Junta de Freguesia. O Projeto deu resultados e todos queremos que assim se mantenha. -----

Pediu para intervir a senhora Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)**, que começou por agradecer em primeira mão, a presença destes elementos da GNR, que estão aqui hoje e que vieram informar de uma realidade a que estamos a assistir a nível nacional e local na nossa região. Disse não ter o GM do CHEGA qualquer questão a colocar. A realidade que se vive nestes últimos anos, já se sabia tendo toda essa documentação do Distrito de Faro, que Loulé era o concelho mais problemático, está em primeiro lugar a nível de criminalidade e é de louvar o trabalho que estes militares fazem, e não tínhamos esta noção, que havia 1 militar por 428 habitantes, uma vez que se está a falar num concelho com 72 373 habitantes, com 169 militares. Só resta agradecer a competência e disponibilidades destes militares, sabendo que estes homens e estas mulheres dão da sua vida pessoal para esta missão, para esta função e o Partido CHEGA, está a 100% ao lado das forças de segurança, sejam elas quais forem. Disse esperar que a autarquia dentro das suas possibilidades faça tudo o que puder. Agradeceu ao sr. Presidente da Assembleia Municipal, a iniciativa de ter convidado o senhor Comandante, a estar hoje aqui presente, uma vez que a população precisa ter um contacto direto com quem está no terreno, porque só assim se consegue ter a noção da realidade. Era bom que o Algarve fosse uma região sem criminalidade, mas a realidade não é essa! -----

Ao nível da criminalidade, o Distrito de Faro está em 4º lugar em 18 Distritos e com esta exposição compreende-se a realidade e de que forma se pode contribuir para melhorar esta situação. -----

Referiu-se à questão da videovigilância questionando se está ou não previsto, mas que era importante avançar-se com esta situação. -----

Pediu para intervir a Deputada **Cláudia Mendes (PSD)**, referiu que nos efetivos que o senhor Comandante mencionou nos gráficos apresentados, questionou quantos dos efetivos fazem apenas trabalho administrativo? -----

Respondeu o **Tenente Dantas, Comandante do Destacamento da GNR de Loulé** que dos 169 elementos, cerca de 40 fazem serviço administrativo. -----

O Deputado **António Farrajota (CDS)**, questionou sobre as forças de segurança do tempo do Salazar, quando se criou a GNR e a PSP, porque razão não se fundem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

numa só polícia? -----
Disse ter vivido num país com cerca de 40 milhões de habitantes, em que as forças de segurança executam o trabalho que a GNR e a PSP, fazem no nosso país, se resume apenas a uma polícia, num país como o Canadá. Portugal um país tão pequeno, terá falta de 2 polícias, tudo a duplicar? -----

Referiu que a GNR precisa de ajuda do Governo Central e quando se vê legislação a ser aprovada, que não faz qualquer espécie de sentido, porque razão uma videovigilância que tem que pagar um imposto para ser legal? -----

Respondeu o **Comandante Territorial da Guarda Nacional Republicana de Faro**, que a GNR e a PSP, disse tratar-se de uma questão política que o ultrapassa, referindo Espanha, França e Itália que têm igualmente 2 forças de segurança e que são exemplos de sucesso. Comparando com países mais evoluídos, que têm ambas, não entende o porquê fundi-las apenas em uma. -----

Sobre o sistema da videovigilância para além de dispendioso e moroso, porque temos uma entidade que é a Comissão Nacional de Proteção de Dados, que para montar um sistema de videovigilância, tem que cumprir requisitos complicadíssimos, apesar de em Lisboa e Mafra existirem. No estrangeiro existe videovigilância nos sítios mais complicados. -----

Terminou dizendo que os militares estão bem preparados, existindo alguns com falta de vocação, mas como em tudo existem bons ou maus profissionais em todo o lado. -----

Posteriormente o **Presidente da Assembleia**, agradeceu a presença de todos, convidando-os de seguida a ficarem a assistir à reunião. -----

o **Comandante Territorial da Guarda Nacional Republicana de Faro**, agradeceu a forma como estiveram atentos à apresentação feita e referiu que a Guarda existe para servir e proteger. -----

Para agradecimento, foi cedida a palavra à senhora **Vice-Presidente, Ana Machado**, que disse agradecer todo o trabalho e empenho na solidariedade demonstrada aos municípios deste concelho. Foram uma força imprescindível no difícil tempo de pandemia, parceiros com a CML que andaram de porta a porta a fornecer alimentos, transporta ao médico, e toda a campanha feita com os idosos em isolamento no nosso concelho, no nosso interior.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

A **1ª secretária, Joana Conceição**, deu continuação à Ordem de Trabalhos, dando início às onze Moções apresentadas pelos bancadas. -----



aj
8
Algarve

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Proposta do CHEGA “Para a criação e atribuição de bolsas de mérito e excelência para os alunos dos Agrupamentos de Escolas do Concelho (Público e Privado)” (n.1); A leitura do documento foi feita pela Deputada Sandra Castro (CHEGA) (documento anexo à Ata).-----

-----Para uma chamada de tenção à Mesa, a Deputada **Carla Gomes (CDU)**, disse que as Moções agora apresentadas, tinha sido falado que iriam ser postas à consideração, para poder gerir o seu tempo da melhor forma.-----

O **Presidente da Assembleia**, disse terem entrado 2 Moções fora do prazo regimental, devendo as mesmas terem entrado com 2 dias uteis de antecedência, que foi a Moção relativa à “*Paragem do Autocarro*”, do GM do CHEGA, o Voto de Pesar “*pelos vítimas de violência doméstica*”, do GM do PAN. Posteriormente vieram mais 2 Moções de Atualidade e Urgência, “*Travar o aumento do custo de vida, regular preços e aumento de salários e pensões*” e “*Reverter o assalto que os grupos privados estão a fazer no SNS, direito à saúde no Algarve*”, ambas da CDU. -----

Colocou à consideração da Assembleia, se aceitam as Moções pelo seu conteúdo sejam aceites como Moções de Atualidade e Urgência. -----

Foi colocado à votação e aprovada a inclusão destas 2 Moções de Atualidade e Urgência.-----

Em relação ao Voto de Pesar “*Pelas vítimas da violência doméstica*”, *sugeriu que fosse considerada como de Atualidade e Urgência*, foi colocada à votação e aprovada por unanimidade. -----

A Moção relativa à “*Paragem do Autocarro*”, do GM do CHEGA, também foi votada no sentido de ser considerada como de Atualidade e Urgência, e aprovada. -----

Solicitou a palavra o Deputado **João Ferreira (PSD)**, para questionar o Executivo se o que é proposto pelo CHEGA, já existe ou não. -----

O **Presidente da Assembleia**, referiu que o Regimento não prevê que no PAOD, o Executivo possa usar da palavra de sua própria iniciativa, mas pode ser convidado a esclarecer situações que os deputados entendam. -----

Para responder a esta questão foi dada a palavra à senhora **Vice-Presidente, Ana Machado**, que disse existir Quadros de Mérito e de Excelência, criados em sede de regulamento interno de cada Agrupamento de Escolas e Escolas não Agrupadas, existem bolsas atribuídas pela Fundação António Aleixo, cujo financiamento advém fundamentalmente da Câmara Municipal de Loulé. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

O Deputado **António Farrajota (CDS)**, questionou se estas Bolsas se destinam também às Escolas Particulares? -----

A senhora **Vice-Presidente, Ana Machado**, respondeu que se destinam a todos os alunos que se candidatem, que tenham determinada media e determinado rendimento per capita, está no Regulamento da Fundação António Aleixo. -----

Passou-se à votação;-----

Foi rejeitada, com 25 votos contra (22 PS, 1 BE, 1 CDU e 1 PAN), 8 abstenções (7 PSD e 1 CDS) e 2 votos a favor (CHEGA). -----

-O **Grupo Municipal do PS**, apresentou **Declaração de Voto**. A leitura do documento foi feita pela Deputada Maria João Carapeto (documento anexo à Ata). -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)**, disse que o GM do BE irá apresentar uma Declaração de Voto posteriormente. -----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

Proposta do CHEGA “Para a realização de rastreio anual à diabetes nas escolas do Concelho” (n.2); A leitura do documento foi feita pela Deputada Sandra Castro (CHEGA) (documento anexo à Ata).-----

Para uma intervenção, o Deputados **Carlos Martins (BE)**, usou da palavra para uma **Declaração de Voto oral** “Não está preconizado nem é aconselhado o rastreio de massas para a Diabetes Mellitus DM Tipo 1, não concordamos com os objetivos desta Moção, nem tão pouco com as suas conclusões, nomeadamente nas alíneas a) e b), porque a Assembleia Municipal só pode recomendar ao Executivo e não propor. Mais grave ainda, não pode propor aquilo que não é competência do município. Concordamos em suma com a alínea c), embora esta formação deva ser dada por profissionais de saúde com formação especializada e que deve ocorrer periodicamente e como tal o BE apresenta a Declaração de Voto nesse sentido. -----

Pedi a palavra o Deputado **Pedro Julião (PS)**, que questionou quais são os critérios técnicos utilizados pelo Partido CHEGA para poder implementar um rastreio, que pela documentação apresentada, o documento que serve de base, tendo em conta que neste momento em Portugal, de acordo com os dados existentes, a Diabetes Mellitus 1 nas crianças e jovens, em 2015 atingia 3327 indivíduos entre os 0 e os 19 anos a que corresponde 0,19% da população desta idade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

O Deputado **João Carlos Santos (PSD)**, disse que em relação à Moção do Partido CHEGA, a Bancada do PSD, considera que as dimensões nela apresentadas são enormes e torna-se de facto um esforço inexecutável, pelo que a Bancada irá votar contra esta Proposta. -----

Disse ainda que iria ceder 1 minuto ao Partido CHEGA para poder responder. -----

O Grupo Municipal do PS, disse que iria igualmente ceder 1 minuto à Bancada do CHEGA. -----

Para responder, foi dada a palavra à Deputada **Sandra Castro (CHEGA)**, que disse que os critérios utilizados são médicos, tudo o que esteja relacionado com os técnicos de saúde, sabem quais os critérios e os riscos quando a situação não é tratada no tempo devido. -----

Questionou o Deputado João Santos, porque diz que esta questão do rastreio à Diabetes não é exequível? Qual a razão para não ser exequível? Se os testes Covid forem exequíveis nas escolas porque não o rastreio à Diabetes? Qual o impedimento? -----

O Deputado **Pedro Julião (PS)**, referiu que sobre a observação que fez relativamente ao parâmetros técnicos, é para se definirem rastreios têm que ser cumpridos, nomeadamente serem doenças com uma elevada prevalência o que não é o caso porque se está a falar em 0,19% terá que se ter o diagnóstico para justificar do ponto de vista técnico, estarmos a sujeitar uma picada no dedo, porque se fosse uma situação tecnicamente justificável, com uma fundamentação clínica, a DGS já tinha instituído essa situação. -----

O Deputado **João Carlos Santos (PSD)**, referiu que em relação á questão da Deputada do Partido CHEGA, a Bancada do PSD, fará chegar à Mesa, uma Declaração de Voto, onde será explanada melhor esta matéria e que esta situação, ocorre numa população juvenil e poderá haver pais que podem não querer que os seus filhos sejam picados no dedo no ambiente escolar. -----

A Deputada **Sandra Castro (CHEGA)**, disse que obviamente os pais terão sempre a palavra final, no que respeita à educação dos seus filhos, a nível de rastreios e tudo o mais, inclusive nos testes Covid, não deu autorização para que fizessem à filha, mas fizeram. -----

Passou-se à votação;-----

Foi rejeitada, com 32 votos contra (22 PS, 7 PSD, 1 BE, 1 CDS e 1 CDU), 1 abstenção PAN e 2 votos a favor (CHEGA). -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

O **Grupo Municipal do PS**, apresentou **Declaração de Voto**. A leitura do documento foi feita pelo Deputado Marco Ferreira (documento anexo à Ata). -----

A Deputada **Ana Poeta (PAN)** apresentou **Declaração de Voto** (documento anexo à Ata). -----

A Deputada **Carla Gomes (CDU)** apresentou **Declaração de Voto** (documento anexo à Ata). -----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

Moção do BE “Apoio às crianças e jovens com diabetes Mellitus Tipo 1” (n.3); A leitura do documento foi feita pelo Deputado Carlos Martins (BE) (documento anexo à Ata).-----

Pediu para intervir o Deputado **Pedro Julião (PS)**, que disse estar esta Moção, em linha do que é a evidência científica, neste caso de um Decreto 8290 7C, que está devidamente ancorado naquilo que é a melhor evidência médica e o GM do PS não tem nada a opor. -----

Passou-se à votação;-----

Foi aprovada por unanimidade.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

Moção do PSD “Por um Plano de Contingência de ação conjunta: limpeza de algas nas praias da freguesia de Quarteira” (n.4); A leitura do documento foi feita pelo Deputado João Carlos Santos PSD) (documento anexo à Ata).-----

Para uma intervenção, usou da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira (Telmo Pinto)**, disse que esta Moção apareceu na Assembleia de Freguesia, não sendo uma competência da Junta, foram tidas algumas considerações em relação à mesma. Ninguém colocará em causa o que se tem passado com as algas, sendo um problema não só da freguesia como também do concelho, o que prejudica a todos, que são as nossas praias e todos saímos prejudicados nisso. -----
Referiu que há que tentar perceber a origem, para perceber se há alguma capacidade da Junta de Freguesia ou da Câmara Municipal, para poder intervir. -----
Algum trabalho tem vindo a ser feito, houve reuniões sobre as praias com a Junta de Freguesia, a Câmara Municipal e a APA. Foi contactada a Universidade do Algarve no sentido de fazer visita às praias quando aparecer mais intensamente deslocar-se-á ao local. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Tem havido da parte da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia e das equipas, e o GM do PS está preparado para votar este documento não como Moção, mas sim como Recomendação. -----

O Deputado **João Carlos Santos (PSD)**, na Moção surge como uma Recomendação ao Executivo, como Moção propõe no âmbito da Assembleia, que seja aprovada e como Recomendação ao Executivo. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira (Telmo Pinto)**, perguntou se é Moção ou Recomendação? -----

O Presidente da Assembleia, disse que segundo entende se a palavra Moção for substituída por Recomendação terá a aprovação da Bancada do PS. -----

O Deputado **João Carlos Santos (PSD)**, disse estar recetivo à mudança do nome de Moção para Recomendação, o que interessa é resolver a situação. -----

Questionou o Deputado **Carlos Martins (BE)**, se o problema se refere apenas a Quarteira ou se as praias de Almancil também são contempladas neste Plano? -----

O Deputado **João Carlos Santos (PSD)**, disse que está a tentar interagir, uma vez que a opinião que lhe chega é dos concessionários das praias de Quarteira, que são compostas por diversos espigões, que foram construídos para aguentarem as areias. Umas são mais afetadas que outras, tem a ver com as correntes. Em Almancil não tem conhecimento deste fenómeno nas praias da freguesia. -----

A Deputada **Ana Poeta (PAN)**, disse ser esta Moção muito bem conseguida, e sugeriu uma sugestão para se acrescentar no ponto 1, onde diz "...a Autoridade Marítima da Universidade do Algarve e Associações empresárias da Junta de Freguesia..." sugeriu que se colocassem também "as associações que são beneficiárias do Contrato-programa de apoio ao movimento associativo..." e uma dica; em relação ao empreendedorismo existe uma única empresa no país que se chama *Alga Plantas*, que fazem a reutilização das algas que estão na praia, como compostagem para depois novas algas que são reaproveitadas como soluções alimentares. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira (Telmo Pinto)**, disse que este problema não está contido às praias de Quarteira, também se verifica em Lagoa e Portimão, sendo o programa transversal a todo o Algarve. -----

Passou-se à votação;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Foi aprovada por unanimidade.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

Moção conjunta do BE e PAN “Adesão de Loulé à Rede de cidades Arco-íris” (n.5); A leitura do documento foi feita pela Deputada Ana Poeta (PAN) (documento anexo à Ata).-----

O Deputado Carlos Martins (BE), fez a leitura na Moção das Recomendações constantes na mesma.-----

Foi feita uma intervenção pelo Deputado **Carlos Costa (PS)**, que disse o GM do PS apoiar este texto desta Moção, porque é contra a homofobia condenando toda a discriminação de género e identidade de género e do respeito pela dignidade humana, da democracia, da liberdade e igualdade no Estado de Direito e no respeito pelos Direitos Humanos e pela não discriminação. O GM do PS não poderia não subscrever e apoiar. -----

O **Presidente da Assembleia**, disse que agradecia que lhe fizessem chegar, uma Proposta conjunta subscrita pelos 3 para juntar ao processo. -----

Passou-se à votação;-----

Foi aprovada por maioria, com 31 votos a favor (22 PS, 6 PSD, 1 BE, 1 CDU e 1 PAN), 2 abstenções (1 PSD e 1 CDS) e 2 votos contra (CHEGA).-----

A Deputada **Ana Poeta (PAN)**, pediu autorização para se dirigir à mesa, e referiu que como o dia 28, é já amanhã e sendo apologista da economia circular, cedeu a sua bandeira LGBTQ. -----

O **Presidente da Assembleia**, perguntou se havia sugestões quanto à hora de içar a bandeira, convidando desde logo todos que se queiram juntar à iniciativa. Ficou decidido que será às 9.00h. -----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

Voto de Congratulação do PS “Para atribuir ao Aeroporto Internacional de Faro o nome do Almirante Gago Coutinho” (n.6); A leitura do documento foi feita pelo Deputado Carlos Costa (PS) (documento anexo à Ata).-----

O Deputado **João Carlos Santos (PSD)**, disse que relativamente a este Voto de Congratulação sobre o Aeroporto, não faz sentido retirar a qualificação de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Internacional nem a cidade onde o mesmo se encontra, que é Faro. O sentido de voto será o favorável, desde que seja recomendado ao Governo, aquando da publicação do diploma legal, altere o nome e que o nome do Aeroporto *seja Aeroporto Internacional de Faro Gago Coutinho*, fica feita a Recomendação. -----

O Deputado **Carlos Costa (PS)**, disse que a intervenção feita pelo líder de Bancada do PSD, tem sentido do ponto de vista local e regional, foi aprovado pelo Governo que atende à maioria do que é consensual, que é o nome do Almirante Gago Coutinho a atribuir ao Aeroporto de Faro, tal como acontece no Porto e em Lisboa. -----
Disse ainda que tendo em conta o que acontece nos outros aeroportos de Lisboa e Porto, a Recomendação pode ser aceite. -----

A Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)**, pediu a palavra para uma interpelação à Mesa, referindo que na Assembleia Municipal de Faro foi aprovado um Voto de Protesto, à exceção dos votos do PS, em relação à questão do nome, por ter sido retirado Faro da designação do Aeroporto. Disse partir do princípio que tenha havido um lapso, um engano no Conselho de Ministros e daí ter ficado a designação *Aeroporto Gago Coutinho*. O Partido CHEGA, não quer crer que não fique Aeroporto Internacional de Faro Gago Coutinho. A questão está em ser retirado a designação *Internacional de Faro* e fique apenas *Gago Coutinho*, é esta a dúvida. -----

Para responde, o Deputado **Carlos Costa (PS)**, disse que os principais Aeroportos do país, Funchal, Lisboa e Porto e agora Faro, todos eles têm a designação de Aeroportos Internacionais, e partindo do pressuposto que a denominação Aeroporto Internacional de Faro, foi dado o nome do patrono *Gago Coutinho* e não está a ser extraído do nome o Internacional e a cidade. -----

O **Presidente da Assembleia**, colocou à consideração colocar a Moção em 2 fases, se todos concordarem, uma é o Voto de Congratulação, relativamente ao nome atribuído, que é consensual e a outra, será depois de se decidir se a intenção será manter ou não, a designação como todos os outros, e fazer uma Recomendação. Poder-se-ia acrescentar um ponto, no último parágrafo "O Aeroporto Internacional de Faro, agora denominado Aeroporto Internacional de Faro Gago Coutinho". -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)**, disse que concorda inteiramente com a proposta, mas discordando com o último parágrafo, ou o Governo se enganou em relação ao Algarve ou algo está mal. -----

Esclareceu o **Presidente da Assembleia**, que o texto passa a ficar "O Aeroporto Internacional de Faro agora denominado Aeroporto Internacional de Faro Gago Coutinho, sala de visitas da região do Algarve". -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Sugeriu o Deputado **Carlos Martins (BE)**, que a Assembleia Municipal de Loulé recomenda, ou seja, aceita que não pode ser excluído o nome Aeroporto Internacional de Faro antes do nome Gago Coutinho. -----

Disse o Deputado **Carlos Costa (PS)**, que o Voto de Congratulação, pelo facto, pode ter essa denominação como foi proposto, o texto como está será publicitado e assumido dessa forma. -----

O **Presidente da Assembleia**, sugeriu que se tente perceber se efetivamente se tratou de um lapso ou não e se não foi, se faça então uma Recomendação ao Governo para que mantenha. -----

Caso se verifique que a intenção será de retirar "Internacional de Faro" far-se-á uma Recomendação ao Governo para que se mantenha o nome Internacional de Faro. ---

Para uma intervenção a Deputada **Carla Gomes (CDU)**, disse que caso a Bancada do GM do PS assim o entender, o Aeroporto Internacional de Faro, sendo agora atribuído o nome de Almirante Gago Coutinho, assume o nome até que está dúvida seja totalmente esclarecida. -----

Esclareceu o Deputado **Carlos Costa (PS)**, que o nome tem de manter-se *Aeroporto Internacional de Faro* e o nome do seu patrono que é o Almirante Gago Coutinho. ----

Mencionou o **Presidente da Assembleia**, para os deputados verem se esta designação final tem a concordância de todos, que é a seguinte; "O Aeroporto Internacional de Faro, ao qual foi agora atribuído o nome de Gago Coutinho, é a sala de visitas da região do Algarve". -----

O Deputado **Carlos Costa (PS)**, disse que o último paragrafo agora proposto, atende ao que aqui está a ser sentido; "*O Aeroporto Internacional de Faro Almirante Gago Coutinho é a sala de visitas da região*", o GM do PS pode propor por extenso esta designação. -----

Para um pedido de intervenção, o Deputado **António Farrajota (CDS)**, disse não se opor a qualquer designação futura, mas se o texto continuar com a designação *Aeroporto Internacional de Faro Gago Coutinho*, o Aeroporto nunca deixará de se chamar Aeroporto de Faro. -----

Referiu que há dias ao aterrar no Porto, e a voz que se fez ouvir dizia "vamos aterrar no Aeroporto Internacional Francisco Sá Carneiro", não se mencionou o nome da cidade, Porto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

O Deputado **Carlos Costa (PS)**, propôs com último parágrafo do Voto de Congratulação, seria; *“O Aeroporto Internacional de Faro Almirante Gago Coutinho, é a sala de visitas da região do Algarve”*. -----

Passou-se à votação;-----

Foi aprovada por unanimidade.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

O **Presidente da Assembleia**, devido ao adiantado da hora, sugeriu aos deputados, que se interrompa o PAOD e que se passe de imediato à alínea a) e b) da Ordem de Trabalhos e deixar à consideração dos Deputados se se termina o POD e o resto dos pontos numa outra sessão a realizar posteriormente nos termos da Lei. A próxima Assembleia realizar-se-á com PAOD e com tempo. -----

O Deputado **Carlos Costa (PS)**, disse que em nome da Bancada do PS, concorda com o proposto pela Mesa da Assembleia. Sendo a proposta de interromper o PAOD, será a forma mais eficaz. -----

O **Presidente da Assembleia**, informou que como transitam assuntos do PAOD, serão colocados os tempos a zeros, ficando os Grupos Municipais com tempo para se esgotarem as Moções que ainda faltam. -----

O Deputado **João Carlos Santos (PSD)**, referiu que mediante os temas aqui apresentados, o Grupo Municipal do PSD, considera que é preferível que transitasse para uma próxima Assembleia, porque se trata de assuntos de ordem financeira do município e como tal deverão ser analisados com um pouco mais de tempo. -----

O **Presidente da Assembleia**, sugeriu que a mesma tivesse continuação no dia 4 de julho, fazendo com que estas 2 alíneas fossem analisadas ainda na sessão de hoje. -

O Deputado **Carlos Martins (BE)**, referiu que dada a impossibilidade de se dar cumprimento ao resto do PAOD e atendendo a que a Câmara tem a alínea b) que carece de uma certa urgência, poder-se-á analisá-la hoje. -----

O **Presidente da Assembleia**, colocou à consideração a interrupção do PAOD da Sessão e a passagem de imediato à discussão da alínea b) da Ordem de Trabalhos e retomar a continuação da mesma no dia 4 de julho, iniciando com o PAOD e o resto dos assuntos da Ordem do Dia. -----

Foi referido ainda que a Mesa não abdica da transmissão online da sessão uma vez



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

que faz parte das políticas de transparência e proximidade. -----
Foi colocada à votação e aprovada por unanimidade. -----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

b) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1418-2022 [DAF] – Deliberação relativa à **Aprovação das Demonstrações Financeiras Consolidadas do ano 2021**, nos termos do n.º 2 do Artigo 76º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, conjugado com a alínea I) do n.º 2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; -----

Para a apresentação deste ponto, usou da palavra o Vereador **David Pimentel**, que disse que sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas, a Prestação de Contas tinha sido aprovada na Assembleia Municipal de 22/04/2022, e quer o município, quer as empresas municipais, prestaram contas que foram aprovadas e o exercício que é feito agora, resulta da Lei n.º 73/2013 designadamente o art.º 75º, em que é necessário que o seja consolidado. O Grupo Municipal é composto pelo conjunto de entidades em que o município tem controle, Infraquinta, Infralobo e Inframoura a LC Global e a Escola Profissional de Alte. O exercício é de consolidar o município com estas entidades que o município tem controle. -----

Existe uma excelente disponibilidade financeira do município e uma grande capacidade de gerar investimento e uma redução de endividamento, uma vez que nos últimos 10 anos, houve uma redução de 80.9% da dívida do município, cifrando-se no final de 2021, em 14,7 milhões de euros, agregando o universo municipal. -----
Informou ainda que o número de trabalhadores do Grupo Municipal é de 2354 funcionários, com um crescimento de 2,8%. -----

O Deputado **Carlos Costa (PS)**, declarou impedimento de discutir e deliberar neste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

Foi cedida a palavra ao Deputado **Carlos Martins (BE)**, que disse terem sido analisadas recentemente as contas relativas ao ano 2021 e o GM do BE mantém a sua posição mencionada na Declaração de Voto entregue na altura aquando da discussão das mesmas, justificando a abstenção na votação. Posição idêntica assumida agora em relação às Contas Consolidadas. Verificou-se que o resultado líquido, ultrapassou os 23 milhões de euros, que os saldos das operações orçamentais e de tesouraria, são superiores a 60 milhões de euros e que em relação às Empresas Municipais, verifica-se que realmente têm 354 trabalhadores, mais os cerca de 2354 trabalhadores da Câmara Municipal verificando-se que existem Administrações e o Administrador da Empresa Inframoura, tem um vencimento mensal de 6000€, o da Infralobo 4000€, o da LC Global, que só dá prejuízo recebe 3500€ e o da Infraquinta igual. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Questionou sobre a questão dos fluxos financeiros do Quadro da nota 23.3, ao nível das relações do município com as Empresas Municipais, ao nível das transferências verifica-se que nas relações comerciais, não percebe o que o Mapa quer dizer e a verba atribuída à LC Global, representando um saldo negativo de cerca de 189 mil euros, de vendas 958 mil euros e com pessoal 819 mil euros. Para esta Empresa existir, recebeu de subsídio à exploração, cerca de 530 mil euros, é uma empresa falida sem viabilidade económica, à custa dos contribuintes, aumentando tarifas e zonas tarifadas. -----

A Empresa Municipal Inframoura, apresenta um saldo positivo de 402 mil euros, recebendo um subsídio à exploração de 827 mil euros e assim não há empresas que deem prejuízo. O Município de Loulé, tem indicadores extraordinários e a Inframoura os piores indicadores. -----

Questionou em relação aos fluxos financeiros o significado do Mapa das Relações Comerciais? Trata-se de dívidas das Empresas com o município ou do município para com as Empresas, em relação à inframoura, Infraquinta e Infralobo. -----

Para responder às questões colocadas, foi dada a palavra ao Vereador **David Pimentel**, esclarecendo que o nr de trabalhadores do universo municipal, na última prestação de contas foi apresentado um Mapa com o nr de colaboradores das Empresas Municipais, mostrando uma redução do número de colaboradores do Quadro de Pessoal de 2017 a 2021. -----

Os vencimentos dos administradores das Empresas são processados conforme estão na Lei, o processamento salarial decorre da Lei. Existem empresas apenas com um e outras poderão ter dois, em função dos valores de faturação e do volume de negócios. Sobre a LC Global e a cobertura de prejuízos, é uma Empresa com uma atividade geradora de receitas, com o estacionamento e a atividades de prestação de serviço publico como é o caso dos Transportes Públicos Urbanos e o Mercado Municipal de Loulé, que tem uma atividade social e económica. -----

Fez ainda uma breve explicação dos resultados líquidos, antes e pós pandemia. -----

Pediu para intervir a Deputada **Carla Gomes (CDU)**, questionou sobre os trabalhadores na área dos transportes, estão afetos a onde? -----

O Vereador **David Pimentel**, esclareceu que na certificação legal do Revisor Oficial de Contas, existem 3 áreas de atividade, e a faturação e custos estão adstritos por atividade e na atividade analítica, sendo a primeira atividade o Estacionamento, a segunda o Mercado Municipal, atividades essas geridas pela Empresa Municipal. A atividade dos Transportes Urbanos é subcontratada integralmente, não existem motoristas nem viaturas da LC Global. Existe um contrato de prestação de serviços, alvo de um concurso público, todo o valor da faturação externa advém da prestação de serviços. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Passou-se à votação;-----

Foi aprovado por maioria, com 23 votos a favor (21 PS, 2 PSD) e 11 abstenções (5 PSD, 2 CHEGA, 1 BE, 1 CDS, 1 CDU e 1 PAN) -----

Foi informado pelo **Presidente da Assembleia**, que o Deputado João Carlos Santos do GM do PSD, tinha trazido alguns exemplares do seu último livro, dos quais alguns deputados reservaram. Fez ainda um voto de rápidas melhoras, em nome desta Assembleia Municipal ao Vereador Fernando Santos, que teve um pequeno problema de saúde motivo pelo qual não este presente na sessão de hoje. -----

O **Presidente da Assembleia**, deu por terminada a sessão, que terá a sua continuação no dia 04 de julho pelas 21.00h e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

Sim C...

A 1ª SECRETÁRIA

Joana Conceição

O 2º SECRETÁRIO

Fernando Pereira Marques